

Já caminhando para o final da minha fala, venho reiteradamente aqui dizendo que é preciso que façamos um diálogo - acho que Baba Ivani fez essa fala - com as lideranças que são referências, que são o ideal típico do evangélico aqui no Brasil. O senso comum é que evangélicos são daquela forma. Eu sou pastora da Comunidade Apostólica Cristã Gileade, na Tijuca, rua Conde de Bonfim 986. Não é propaganda da igreja, mas para dizer quem sou nesse contexto. Mulher negra, de favela, com família de terreiro, com autoridades espirituais de terreiro, que fazem parte da minha família, o que é a Constituição do povo brasileiro: essa mistura, mas entendendo o nosso papel enquanto cidadãs e defensoras do estado laico.

Há necessidade desse diálogo, Deputada Martha Rocha, presidente desta CPI, necessidade de fazermos essa discussão no âmbito intersetorial também para que esse tema saia do senso comum - a atenção foi chamada aqui pelo Babá e Professor Dr. Ivani -, que saia do terreno da militância, do ativismo, que tenta minimizar o tema, que é grave, atravessado por processos, por discursos violentos e virulentos, que não estão, de maneira alguma, e eu já disse aqui, atrelados à hermenêutica e à exegese bíblica teológica. Carecem muito desse processo e produzem o que a gente está vendo, inclusive, com consequências dramáticas como a morte de pessoas por setores das narcocilicias. Então, estamos falando de um tema grave.

É uma CPI importante e a gente precisa, de fato, dar consequência a ela e sei que daremos, mas de maneira muito forte. É um momento histórico para o Estado do Rio de Janeiro que, segundo a antropóloga Alba Zaluar, infelizmente, falecida, que já é o estado narcociliciano, similar às máfias italianas.

Então, com o poder político, econômico e midiático, muito forte, esta CPI precisa, de fato, deixar um legado importante nesse sentido.

Obrigada, Deputada, eu me alonguei, mas quero parabenizar sua condução desta CPI, a da vice-presidente, do Relator, dos membros e membras e convidados sempre muito importantes.

A SRA. TIA JU -Presidente, Deputada Martha Rocha, peço a palavra para uma questão de ordem porque vou precisar me ausentar. Estou com outra reunião já iniciando e deixo o meu carinho e apreço a todos os que participam. É só para eu não sair de súbito. Perdoo-me.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Tia Ju.

O Deputado Waldeck Carneiro deseja fazer alguma consideração breve, por gentileza.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputada Martha Rocha, boa tarde! Boa tarde a todos, a todas e a todos. Serei muitíssimo breve. Eu tinha justificado o meu atraso porque estava numa audiência pública na Câmara Municipal do Rio, sobre a situação das 621 famílias do Horto, que vêm sofrendo, há muito tempo assédio policial e judicial mesmo tendo o parecer da Secretaria de Patrimônio da União favorável para que permaneçam ali, onde estão, há pelo menos dois séculos com suas famílias.

Na breve manifestação que quero fazer, primeiramente saúdo os nossos convidados, me permitindo mandar um abraço especial para o meu amigo Professor, Dr. Ivanir dos Santos, cuja trajetória do doutorado acompanhei. Saúdo também a Stela Guedes.

Ali há também um corte de racismo ambiental. Há um argumento tosco usado ali, Deputada Martha Rocha, de que a presença daquelas famílias atrapalha as atividades de pesquisa do Jardim Botânico. O curioso é que, bem ao lado tem um grande instituto de pesquisa, que conheço bem e respeito, o IMPA, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, que avançou para dentro daquela área, construiu anexo, um trabalho importante, e não há nenhum questionamento quanto a isso. Essa foi a razão do meu atraso.

Tenho acompanhado a CPI, tenho apreciado sua condução e esses depoimentos, manifestações dos nossos convidados, que têm participado, certamente, vão contribuir para que o nosso relatório final a cabo do experiente e qualificado Deputado Átila Nunes dê conta desse grave problema que não é só do povo negro, mas da sociedade brasileira; e não apenas de religiões de matrizes africanas, mas do conjunto das manifestações religiosas. Porém, o desrespeito, a violência, o racismo religioso se fazem presentes, na convivência social em nosso país.

Agradeço a oportunidade a V. Exa. Deputada Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Passo a palavra aos nossos palestrantes para no prazo de cinco minutos apresentarem, suas considerações finais. Antes, porém, me permito a fazer uma referência fraterna de uma companheira nossa a Deputada Dani Monteiro, que perdeu ontem seu pai para a Covid-19. Faço essa referência porque a Deputada Dani Monteiro, na sua juventude, professa a religião de matriz africana. Em todo o momento de sua fala - ela preside a Comissão de Direitos Humanos, foi uma Deputada que compôs a representação no Tribunal Misto, que tratou da questão do impeachment do ex-governador - todas as vezes que ela usa a palavra, ela pede licença para seus ancestrais, o que nos lembra a importância de se respeitar a ancestralidade e o que significa professar a sua fé.

Deixo aqui o meu abraço fraterno à Deputada Dani Monteiro, que passa pelo seu momento de dor, mas que com sua juventude nos ensina muitas coisas.

Passo a palavra à Dra. Daniele, nossa defensora pública, e em seguida, ao nosso pós doutor Babalawô Ivanir dos Santos e à Dra. Stela Guedes.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputada Martha Rocha, desculpe-me, mas não cumprimentei e nem agradei, mas o faço agora, à dra. Daniele Magalhães, nossa Defensora, que é expositora e convidada também.

A SRA. DANIELE MAGALHÃES - Foi brilhante a Dra. Stela e fiquei profundamente emocionada, com minha voz embargada, porque realmente foi um galinho emocional, a que a gente assiste, que a escola realmente é um espaço cruel.

Quero chamar a atenção só para o finalzinho. A gente falou tanto dessas leis, a Lei 10.639, que fez 18 anos este ano, ou seja, alcançou a maioridade. Era para a gente estar em outro patamar de conversa. O movimento negro lutou tanto para a implementação dessa lei para a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB e a gente ainda vê ela pouco utilizada, ou utilizada de forma incorreta. Também temos a Lei 11.645/2008 que também fala da cultura indígena nas escolas.

Então, como a Deputada Mônica Francisco bem falou, das pessoas que estão nos assistindo, dos pais, das mães, dos responsáveis pelas crianças e adolescentes, essas leis obrigam, a partir do Ensino Fundamental, a exposição da história e cultura afro-brasileira e da história da cultura indígena, nas escolas. Então, façam vocês também um papel de fiscalização. Verifiquem o material pedagógico dos seus filhos. Isso é muito importante porque ali, entrucado pode estar sendo reprimido e reverberado material racista. E quem tem essa preocupação de um novo projeto civilizatório, de um novo projeto de nação que vá extirpar essa eugenia, esse racismo que foi tão perniciosamente incorporado no maior projeto de nação? A Constituição de 34 previa a eugenia como um norte de política pública e isso está arraigado na sociedade, por isso que a gente fala em racismo estrutural e não em racismo pontual de a, b, ou c.

Costumo dizer que o racismo não é algo dos corações impuros. Enquanto a gente elimina só um racista, a gente não elimina a estrutura racista, que é perniciosa e que pereniza essa situação de subalternação e subordinação da população negra.

Mais uma vez, agradeço a todas, todos e a todas que estão aqui. Eu nunca tinha falado na Alerj. Fiquei muito honrada com o convite e espero ter representado a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Quero dizer que aqui a nossa Casa é de proteção intrínseca da população vulnerável.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Seja bem-vinda, não só hoje mas nas inúmeras vezes em que a chamaremos, pode ter certeza disso.

Passo a palavra para o Babalawô Ivanir dos Santos, nosso líder nesse tema. Já nos encontramos tantas vezes e sei de seu compromisso. É uma trajetória de vida. Peço-lhe que faça suas considerações finais.

O SR. IVANIR DOS SANTOS - Primeiro, vou falar que vou sair para uma reunião online com Waldeck Carneiro e depois vou ME encontrar com a Mônica Francisco. (Risos)

O agendamento do Waldeck Carneiro é interessante vai ser um Professor, Pós-Doutor da UFRJ é discriminado por outro Professor Doutor, branco, que ainda está em estado probatório - o outro é mais antigo -, que o chama de desequilibrado emocional e tudo o que a gente já sabe que acontece na atitude racista na UFRJ.

Hoje faço parte do coletivo de docentes da UFRJ, sou professor de um programa lá, agora, e logo defendi que isso tem que se tornar público, porque se reivindicava o fato de ser comunista, que é contra (não compreendido) como se não fosse um racista. Observem que é um cara progressista, que pode ter um papel importante, mas ele foi extremamente racista com seu colega. Estamos aí fazendo um barulho para mostrar que a banda não toca assim.

Assim também é o canto religioso. Por isso, tem que se ter muito cuidado quando se fala de racismo religioso. Porque uma coisa é o racismo estrutural, que está em todas as estruturas, seja acadêmica, religiosa, social, cultural, política. Isso é real. O racismo religioso dialoga mais com religiões de matrizes africanas. Ele é restrito aí. Intolerância é mais ampla. Dialoga-se com todos os setores. No racismo religioso está implícito a intolerância religiosa. Mas, nem sempre o hábito da intolerância religiosa está implícito o racismo religioso. Um exemplo disso é o caso da igreja católica, idolatria. Então, temos que entender esse debate.

E uma questão que temos que discutir, mais adiante - não cabe aqui, na CPI, nesse tema teoricamente - será que o fato de a pessoa ser branca, candomblecista, ou umbandista, ela não tem atitude racista? Ou será que posso achar que a Mônica, por ser evangélica pastora é religiosa? Percebem? Do ponto de vista teórico tem muito debate a ser feito, ainda, com relação a isso. Não gosto muito de entrar nesse debate público, na minha tese eu falo sobre isso. Mas entender que o estado moderno nasce a partir do contrato sobre intolerância, os cristãos. No século XVII e XVIII, que se consolida em 2019, mas contra um acordo entre cristãos, que não incluía nem ateus, nem asiáticos, nem africanos, nada disso. Essa é uma questão a ser pensada e não é à toa, como muito bem o Átila e muita gente aqui falou, que isso está na construção da sociedade do Estado Brasileiro. Não é à toa que você não vai nos entender como seres humanos. Esse é um debate muito sério, que nós temos cultura, que temos outra prática, que não é nem religiosa. As pessoas enquadram como religião, - religião é outra coisa - mas as nossas práticas culturais, sociais, espirituais, têm outro contexto, mas é um debate a ser feito à frente.

O importante aqui é o papel da Casa e desses parlamentares que são extremamente aliados nossos. A Deputada Martha Rocha fez a sugestão de condensar a legislação. O funcionário público estadual sabe que essas leis existem e que têm que ser cumpridas? Não sabem e nem conhecem. Aproveitei que tinha um curso de formação e aproveitei a lei do Waldeck, que foi aprovada, na Educação, e estou montando um curso para isso. Será que tem esse diálogo? Será que a UERJ não pode fazer um curso de especialização sobre intolerância religiosa? Uma coisa é fazer fora, outra coisa é a UERJ. Será que não pode ter um orçamento com relação a isso? Não se pode dar bolsas? É gratuita a UERJ, na verdade, mas será que não se pode criar um curso em que os funcionários públicos possam frequentar? Até porque, quando se faz curso, se especializa em alguma coisa, ganha-se mais uma notinha, mais um dinheiro na comissão, que é um incentivo. Tanto que estou saindo daqui para ir à Escola Legislativa ainda, da própria Assembleia. Vou ter uma conversa com a diretora para ver se montamos um curso nessa direção.

Então, temos que, não só penalizar os caras que fazem, mas saber que tipo de contribuição se pode dar. (Falha na transmissão sonora) ... Waldeck, como a Mônica Francisco, assim também como a Renata, como a Martha, são pessoas da academia que têm cursos nessa direção.

A gente podia aproveitar esse momento e transformar nessa possibilidade. Por falar nisso, esta Comissão Parlamentar, logo que saiu, falei com a Martha, com a Mônica, é uma esperança para nós, mas não só para o Rio, para o país. É a primeira, e vai apontar muitas coisas importantes para nós no momento se a gente não conseguir isso no Congresso Nacional. Seria o ideal fazer uma CPI no Congresso Nacional, mas não vai sair.

Parabenizo os Deputados, as Deputadas, a minha galera que está aqui, a Stela, que é um farol importante nesse seu tema em que ela vai persistente, porque é importante. A persistência é boa porque ela vai educando as pessoas. A Daniele, que conheci recentemente pessoalmente e que fiquei impressionado, porque, às vezes, a gente vai falar, e parece que vamos lá para brigar e ela "vou lá e nada vai acontecer". Encontro uma negona que morou na Cidade Alta, onde meus parentes também moraram, que a sogra era da Favela do Esqueleto, onde nasci. É isso que temos que descortinar o olhar sobre o outro. Uma coisa é o que vejo sim, que ela é natural, que ela é importante, mas outra coisa é descortinar esse olhar sobre o outro. Avalio que Mônica tenha um papel estratégico.

Quando o pessoal me dá uma iniciativa da Mônica, ela não diz que é pastora. Eu digo que ela é. Publicamente digo, porque é um modelo de pastor que eu gostaria de ter, assim como, o Kleber Lucas. Quando o peguei pela mão, porque ele foi extremamente vilipendiado, levamos lá para fazer prova mestrado. Ele entrou no mestrado e hoje está no doutorado estudando o Mito de Cam. Esse é o Roberto Carlos do Gospel. É ele que tem que falar com a massa negra. É essa a estratégia nossa. Não sou eu que vou falar, se eu falar ninguém vai querer me ouvir, essa massa evangélica negra. É ele.

Acho que o trabalho que vocês fazem é importante por isso e por isso estão do nosso lado e sei que pagam um preço alto. Sei que a Martha Rocha paga, que o Waldeck Carneiro paga, porque sei que esse é um tema que ninguém quer tocar. Esse é um tema que fica ali no cantinho. Mesmo nos setores mais progressistas a gente sabe que não é fácil, não é mole, mas quero parabenizar vocês porque são esses heróis e heroínas que queremos ter como referência de um futuro dessa juventude.

A sociedade muda com o tempo, com gerações, e não estamos fazendo nada que não vá ter frutos. Com certeza vai ter grande frutos e, mais na frente vocês vão lembrar desses heróis da resistência, porque é uma resistência de tempo de democrático. Lembro, nesse momento em que a democracia está ameaçada, mas mesmo quando tem democracia, não tem democracia para esses temas e nem para esses setores. Então, é importante estarmos juntos.

Foi um prazer estar com vocês. Vou sair porque, daqui a pouco vou ter uma reunião com o Waldeck Carneiro, online, e encontrar com a Mônica. Mas, vou lá Martha, dar prosseguimento ao que você começou, que sei, em off.

Um abraço carinhoso para todos vocês que moram no meu coração, de verdade, mesmo quando sou duro, mas moram porque sei que a gente precisa de gente como vocês para fazer uma sociedade melhor, para que nosso grupo possa continuar a ser respeitado e nossas crianças, como diz muito bem a Stela, possam ter um futuro diferente na sociedade, e não repetir as posturas de sua avó, de sua mãe e o tempo todo ter que estar resistindo, se escondendo e posam ver uma sociedade livre como a nossa aqui.

Um abraço para todos e todas aí.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Professor Ivanir dos Santos.

Dra. Stela Guedes, por favor.

A SRA. STELA GUEDES CAPUTO - Minhas palavras finais são de agradecimento à Presidenta Martha Rocha, pelo convite; a todos os que proferiram palavras generosas, amorosas sobre a minha apresentação.

Sobre a minha apresentação, e queria mencionar a dificuldade do tema que é difícil sim para os próprios movimentos sociais: a discussão da religião, os movimentos mais radicais, como fomos formados na militância dos movimentos em que a discussão da religião não era bem-vinda, era excluída. Quando solucionássemos o problema das classes sociais foi uma grande revolução. Esse problema menor, assim como a questão das pautas de gêneros, seria subsumida, desapareceria, porque a questão de classe era a grande questão. E a gente sabe que não, que temos a interseccionalidade.

Uma menina negra de candomblé tem uma interseccionalidade de desigualdade. Ela é uma menina, uma criança de um bairro de periferia, é uma criança negra e de candomblé. Então, são diversas interseccionalidades e que nós, da universidade estamos preocupados estudando isso e que também deve sensibilizar aos movimentos sociais. Era difícil também para a academia. Eu lembro que quando eu fazia os meus primeiros artigos acadêmicos e mandava para as revistas acadêmicas, eu recebia pareceres assim: procure uma revista de religião, esse não é um tema para academia. O Ivanir tem razão, insistindo, insistindo até que hoje, nos grupos de cubículos, que a gente participa, perguntam como isso foi acontecer, essa chegada do obscurantismo nas escolas? Ora, estamos há anos tentando fazer a universidade discutir isso, assim, e há gente desprezando esse assunto da religião.

A questão de as pessoas professarem, não há problema nenhum. As pessoas podem ser de qualquer religião, negro, branco. Sou uma branca iniciada no candomblé; Mônica é uma negra pastora. O nosso coração fala para alguma coisa, escolhe alguma coisa. Não é isso que define a nossa militância, a nossa postura na sociedade, e sim o diálogo para que todos tenham o espaço de professarem a sua fé. Acho que isso é sempre o importante.

Outra dificuldade, que alguém aqui mencionou - acho que foi a Daniele - para estarmos atentos aos livros didáticos que nem sempre observamos, e nas universidades. Esse é o espaço da branquitude. O que é branquitude? A UERJ é um espaço fundamental? Claro que é, mas seus programas de pós-graduação são formados pela branquitude. Ano passado dei uma disciplina obrigatória, no meu programa, e fiz a conta. Havia, na referência bibliográfica 22 autores, 20 homens e desses 20 dois eram negros, restaram duas mulheres brancas, nenhuma autora negra. Então, o que é branquitude? É quando a gente chega num programa de pós, ou numa graduação e verifica a bibliografia e se sente confortável com ela, se sente confortável porque ali, o conforto da branquitude, do privilégio branco não é só financeiro, material, é esse espaço em que a gente chega, encontra os iguais e se sente muito confortável. Então, é a gente ter coragem também para derrubar essa bibliografia dos programas e da graduação. A gente tem feito muito isso na UERJ. As lutas são gigantescas e são cotidianas.

Agradeço a presença do Vice-Coordenador do Kékeré, o Cristiano Santana, o meu parceiro de luta, que está aqui presente, e dizer que gosto da coisa do AG1. Quem é candomblecista sabe o que é aquela coisa de comer junto, de trocar comida. A gente troca comida para receber a bênção do alimento. Aqui, me senti, mais uma vez, no AG1 trocando alimento, cada um trazendo o seu para oferecer e para receber o de quem estava aqui.

Por fim, apenas citar a nossa grande sábia e mãe mais velha Conceição Evaristo. Ela diz assim: "o branco antirracista não faz mais do que a sua obrigação; o branco antirracista, que luta contra o racismo, não faz mais do que a sua obrigação."

Sou uma professora branca, de um programa de pós-graduação e não faço mais do que a minha obrigação sendo aliada da luta antirracista. Sempre contem comigo. Não faço do que a minha obrigação, o Kékeré também, embora seja um grupo de pesquisa constituído majoritariamente por negros e negras na pós-graduação da UERJ.

Muito obrigada, contem sempre com o Kékeré

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Dra. Stela Guedes.

Agradeço, mais uma vez, à Dra. Daniele Magalhães, ao Babalawô Ivanir dos Santos, aos nossos queridos deputados que atuam, que integram a CPI da Intolerância Religiosa. E registro, mais uma vez, a nossa solidariedade e a nossa indignação nos acontecimentos dos últimos finais de semana com a comunidade judaica.

Agradeço à TV Alerj e a todos os que nossos assistem através dela dizendo que estaremos, novamente, na próxima terça-feira, às 10h30, com mais uma audiência da CPI para o enfrentamento à intolerância religiosa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência. Boa tarde a todas e todos.

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS DA ALERJ (REQUERIMENTO 16/2019)

ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA Remota

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, as dez horas, reuniu-se a Comissão de Representação para Acompanhar o Cumprimento das Leis da Alerj, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Minc. O senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou aberta a quinta Audiência Pública remota, com o tema: "Câmeras nos Uniformes", conforme edital publicado em quatro de maio de dois mil e vinte um. Em seguida, iniciou a composição da mesa. Continuando o Senhor Presidente convidou para compor a mesa, a Senhora Deputada Martha Rocha; o senhor Reinaldo Lomba, Coordenador de Segurança Pública do Ministério Público do Rio de Janeiro; senhora Fernanda Nicolau, Promotora de Justiça -Ministério Público Rio de Janeiro; senhor Tenente Coronel Rodrigo Laviola da Polícia Militar, Coordenador do Programa Segurança Presente; Senhor Alexandre Leite Alves, Coordenador da Coordenadoria de Tecnologia da Secretaria de Polícia Militar; senhor Capitão PM Agdan Miranda Fernandes; senhor Coronel PM Jomar Fernando da Silva; senhora Fabiana Silva de Caxias da Casa Fluminense; senhora Nadine Borges, OAB e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos; senhora Fernanda Niva, Presidente do Instituto Anjos da Liberdade no Rio de Janeiro; senhor Fábio Amado, Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos; senhor Rodrigo Mondego, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro-CEDDH; senhora Janaína Matos, Diretora do Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Rio de Janeiro; senhor Daniel Misse, Professor Adjunto de Pensamento Social Brasileiro, Justiça Criminal e Segurança Pública do Departamento de Segurança Pública do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, foi Professor Adjunto de Sociologia e Segurança Pública do Departamento de Políticas Públicas do Instituto de Educação de Angra dos Reis. Coordenador do Núcleo de Estudo em Conflito e Sociedade. Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Ciências pela Universidade Federal Fluminense. É Mestre e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais e Direito; senhor Coronel PM Robson Rodrigues; Senhora Silvia Ramos, Pesquisadora do centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido mendes, onde coordena as linhas sobre Juventude, violência e Polícia. Doutora em Ciências pela ENSP/Fiocruz; senhora Natasha Neri, jornalista, mestre em Sociologia e Antropologia pela universidade federal do Rio de Janeiro, pesquisadora nas áreas de direitos Humanos e Justiça Criminal; senhora Bárbara Fernandes, Diretora de Tecnologia do Instituto Igarapé; Senhora Herédia Alves, Instituto Nacional de Combate à Violência Familiar; Senhora Fernanda Neiva, Presidente do Instituto Anjos da Liberdade; Senhora Ilsmir de Jesus, Mãe na luta por justiça pela morte do filho, por policiais; Senhor Coronel PM Alexandre Leite Alves; Senhor Coronel Jomar Fernando da Silva. Após amplo debate e nada mais havendo a tratar, e não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião para que eu, Ana Cristina C. Silva secretária da Comissão de Representação para Acompanhar o Cumprimento das Leis da Alerj, matrícula nº 201.400-9, lavrasse a presente ata e que as notas taquigráficas se encontrem a disposição para consulta, no departamento da CPI. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida aprovada e assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 07 de maio de 2021. (a)Ana Cristina C. Silva- Secretária; (a)Deputado Carlos Minc-Presidente.